



Análise técnica e posicionamento sobre a proposta de redução da jornada de trabalho constitucional

www.firjan.com.br/publicacoes

Antes de discutir a redução da carga horária de trabalho, é imprescindível criar as bases necessárias para o aumento da produtividade da economia brasileira.

A Deputada Erika Hilton (PSOL) apresentou proposta de emenda à Constituição Federal pretendendo reduzir a jornada de trabalho semanal máxima para trinta e seis horas, em quatro dias por semana. Se aprovada, a redução da jornada pode gerar impacto para a indústria em custo adicional total de R\$ 115,9 bilhões por ano.

Para estimar este impacto a Firjan utilizou os dados da carga horária média e os custos com salários e encargos trabalhistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise, que considera os diferentes setores industriais, estima que o custo adicional total representa um aumento de 15,1% nos gastos com pessoal. Em setores como Extração de Petróleo e Gás Natural, esse impacto seria ainda maior, com um crescimento de 19,3% nos custos de pessoal. Esse cenário considera a manutenção dos níveis atuais de produção, assumindo uma produtividade constante. Em outras palavras, o custo adicional de R\$115,9 bilhões representa a necessidade de contratação de novos trabalhadores para manter a capacidade produtiva atual da indústria brasileira.

Este fato se revela ainda mais desafiador diante da falta de mão de obra qualificada percebida no mercado de trabalho brasileiro. Pesquisa recente realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a falta ou alto custo do trabalhador qualificado está entre os três principais entraves que impedem o crescimento sustentado da Indústria.

O aumento da produtividade é a alternativa frente ao custo adicional de contratar novos trabalhadores. A competitividade das empresas está diretamente atrelada ao nível de produtividade do trabalhador e de eficiência de utilização do capital para produção de bens e serviços. No entanto, o aumento da produtividade requer que os governos ofereçam um ambiente de negócios favorável, que propicie: trabalhadores qualificados, carga tributária competitiva, segurança institucional e jurídica, fomento à inovação, sustentabilidade fiscal e socioambiental, infraestrutura adequada e simplificação da burocracia. Vale ressaltar que, entre 2013 e 2023, a produtividade da indústria brasileira

acumulou uma queda de 1,2%, segundo dados da CNI. O aumento da produtividade da economia brasileira ainda depende da concretização de uma agenda de reformas estruturantes.

A experiência internacional mostra que a redução da jornada de trabalho está em fase de teste em ao menos seis países ou já foi aprovada em outros, como na França, Bélgica e Islândia. Nesses países, a realidade socioeconômica diverge consideravelmente do contexto do Brasil. Em termos de PIB per capita, o Brasil fica muito atrás. Enquanto o PIB per capita brasileiro é de aproximadamente US\$18.554 dólares, segundo dados do Banco Mundial, a Islândia, que adotou essa redução de jornada em 2015, apresenta PIB per capita muito superior (US\$66.6451 dólares). No mesmo sentido, na Bélgica e na França, o PIB per capita é aproximadamente três vezes maior.

Quando analisamos a produtividade por trabalhador, a disparidade também é significativa. A produtividade média no Brasil é aproximadamente US\$ 33 mil dólares por trabalhador, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho. Esse valor representa menos da metade da produtividade na França e na Bélgica e cerca de três vezes menor do que a da Islândia.

Esses dados indicam que a redução da jornada de trabalho nesses países está alinhada a uma maior produtividade e renda per capita, o que permite a sustentabilidade de políticas de flexibilização das horas trabalhadas. No Brasil, entretanto, a baixa produtividade e o PIB *per capita* relativamente reduzido sugerem que a implementação de uma medida similar poderia acarretar custos elevados para a indústria, sem garantias de uma compensação por meio de ganhos de produtividade, diferentemente do que ocorre em economias mais desenvolvidas.

Desta forma, discutir a redução da carga horária sem criar as bases necessárias para o aumento da produtividade da economia brasileira não vai garantir o bem-estar que a população precisa e ainda resultará em um custo de bilhões de reais para o setor produtivo, perda de competitividade e, potencialmente, aumento da informalidade.

É preciso que as entidades técnicas e o setor produtivo como um todo participe do debate trazendo esclarecimentos e fatos que muitas vezes são intencionalmente omitidos. A adequação setorial da jornada já acontece na prática em muitas categorias, pela via correta, que é a da negociação coletiva. Através de convenções coletivas, firmadas entre sindicatos, muitas categorias negociam jornadas semanais com limites inferiores, de 40 horas, 36 horas, ou qualquer outro parâmetro que seja mais adequado às atividades em questão.

A propósito das negociações coletivas, não se pode esquecer que os reajustes de salário anuais seguem, com alguma margem de oscilação, a progressão aproximada da inflação

verificada no período. Uma alteração constitucional de forma abrupta que reduza o limite de jornada previsto para 36 horas semanais resultará em um aumento de custo proporcional verdadeiramente impossível de se absorver sem que resulte nos impactos acima delineados.

Por todas estas razões a Firjan entende que o momento atual não permite discutir a redução da jornada de trabalho pela via da reforma da Constituição, pelo menos até que se possa criar as bases necessárias para o aumento da produtividade da economia brasileira. O que devemos é aperfeiçoar e ampliar o uso dos instrumentos hoje já existentes, como a adequação setorial das jornadas de cada categoria profissional, por meio das convenções coletivas de trabalho.